



INFORMATIVO GIAC 152, de 26 de abril de 2021

Aos membros do Ministério Público brasileiro

Considerando as informações acerca das ações de enfrentamento da Covid-19 e os questionamentos recebidos pelo gabinete, o GIAC COVID-19 tem a informar o que se segue:

Giac solicitou providências ao Ministério da Saúde a respeito do possível desabastecimento de medicamentos do "kit intubação" no município de Carazinho/RS

Em atenção ao documento subscrito pelo Hospital de Caridade de Carazinho (RS), que noticiou iminente desabastecimento de sedativos, analgésicos, bloqueadores musculares e fármacos vasoativos empregados no procedimento de intubação de pacientes, o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) expediu, no sábado (24), ofício ao ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, solicitando análise e providências relativas ao fornecimento de medicamentos do "kit intubação" para o município.

Íntegra

[Ofício nº 163/2021/CNF/GIAC/COVID-19](#)

Em resposta ao Giac, Ministério da Saúde prestou informações sobre o fornecimento de oxigênio medicinal para o estado de Mato Grosso

Em resposta à solicitação contida no Ofício nº 86/2021/CNF/GIAC-COVID19, encaminhado pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac), o Ministério da Saúde remeteu ao Ministério Público Federal (MPF) informações sobre o fornecimento de oxigênio medicinal para o estado de Mato Grosso. Confira a íntegra.

Íntegra

[Ofício nº 50/2021/DIAGE/CGGM/GM/MS](#)

Fonte: Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

MPF se posiciona contrário à prisão domiciliar coletiva para presos preventivos do grupo de risco da Covid-19

O Ministério Público Federal (MPF) opinou pelo desprovimento de recurso extraordinário da Defensoria Pública da União (DPU), contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que negou habeas corpus coletivo aos presos preventivos que fazem parte do grupo de risco da Covid-19. O pedido da DPU tem como base a Recomendação 62/2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que apresenta orientações

ao Judiciário, a fim de evitar contaminações em massa do coronavírus dentro do sistema prisional e socioeducativo.

No parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF), assinado pela subprocuradora-geral da República, Cláudia Sampaio, o MPF afastou a hipótese de constrangimento ilegal na decisão, sustentada pela DPU. Segundo a subprocuradora-geral, há entendimento firmado pela Corte Suprema de que “a mera situação de vulnerabilidade dos presos ao coronavírus não pode conferir o direito à prisão domiciliar”. “A Recomendação 62/2020 CNJ, além de não ter efeito vinculante, não determinou a soltura de presos indiscriminadamente, cabendo ao Juízo das Execuções avaliar as situações individuais e excepcionais”, esclareceu.

Íntegra

[Parecer \(RHC b° 200.843\)](#)

Texto com adaptações: Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria-Geral da República

MPF/CE, MP/CE e DP/CE ajuizaram ação objetivando a retomada das aulas presenciais em escolas públicas municipais

Os Ministérios Públicos Federal (MPF/CE), Estadual (MP/CE) e a Defensoria Pública do Estado do Ceará (DP/CE) ajuizaram ação civil pública, na última quinta-feira (22), para que o Município de Fortaleza garanta às crianças do ensino infantil e fundamental, das escolas públicas municipais, o direito de ter aulas presenciais nas séries já autorizadas oficialmente. Para isso, a ação requer à Justiça do Estado do Ceará que, em sete dias, as atividades sejam retomadas no 1º e o 2º anos do ensino fundamental, no berçário e na educação infantil, em conformidade com os protocolos de segurança sanitária.

Além das aulas nas séries já liberadas, a ação requer o retorno, também no prazo de sete dias, das séries que vierem a ser autorizadas em decreto estadual e municipal. Nos dois casos, a retomada deve ser feita com observância rigorosa dos protocolos, com realização de adequações necessárias, monitoramento, fiscalização e implementação do “Plano de Contingência para Retorno das Aulas Presenciais”, proposto pelo Município de Fortaleza.

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal no Ceará

Anac detalhou dados acerca do impacto da pandemia sobre o setor de transporte aéreo

Tendo em vista os efeitos da pandemia sobre o setor de transporte aéreo, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) publicou, na sexta-feira (23), dados do mercado doméstico e internacional referente ao mês de março de 2021. Segundo informações da Anac, observou-se a diminuição na demanda por voos, oferta de assentos, ocupação das aeronaves e passageiros transportes. Em contrapartida, o transporte de carga e correio no mercado doméstico obteve 6,2% de alta no período.



Dados do Transporte Aéreo

março 2021

Mercado Doméstico

Mercado Internacional

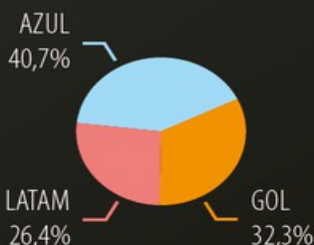
demanda por voos

↘ -81,5%*

oferta de assentos

↘ -60,4%*

participação das companhias



demanda por voos

↘ -32,5%*

oferta de assentos

↘ -27,1%*



Passageiros transportados

3,22 milhões

↘ -36,0%*

ocupação das aeronaves

66,7% ↘ -7,3%*

carga transportada

32.249 ton ↗ 6,2%*

*Em relação a março de 2020.

Para mais informações, clique [aqui](#) para acessar o painel de BI "Demanda e Oferta do Transporte Aéreo".

Fonte: Agência Nacional de Aviação Civil

Por meio de trabalho conjunto, Anvisa e Ministério da Saúde atualizaram nota técnica sobre o uso de plasma convalescente para tratamento da Covid-19

Com o objetivo de atualizar a Nota Técnica nº 19/2020/SEI/GSTCO/DIRE1/ANVISA atinente aos aspectos regulatórios do uso de plasma de doador convalescente para o tratamento da Covid-19 e alterar a Nota Técnica nº 12/2021/SEI/GSTCO/DIRE1/ANVISA cujo conteúdo se refere às orientações para a doação de plasma por indivíduos vacinados contra a Covid-19, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Ministério da Saúde (MS) disponibilizaram, nesta segunda-feira (26), a [Nota Técnica nº 33/2021/SEI/GSTCO/DIRE1/ANVISA](#).

O documento reforça o uso do plasma convalescente nos protocolos de ensaios clínicos ou em caráter experimental, mas orienta que, para tanto, sejam observados as diretrizes dispostas em Notas Técnicas elaboradas pela Anvisa, bem como os requisitos de Boas Práticas Clínicas e Boas Práticas de Serviços de Saúde e de Segurança do Paciente.

Anvisa autorizou o funcionamento de empresas fornecedoras de oxigênio medicinal para ampliar a capacidade de abastecimento do insumo

Mediante edição das Resoluções nº [1376](#), [1494](#) e [1615](#), publicadas entre os dias 6 e 20 de abril, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) concedeu três autorizações de funcionamento (AFE) para empresas fornecedoras de oxigênio medicinal. Segundo o órgão, a medida reforça o fornecimento do insumo.

Instituto Butantan encaminhou à Anvisa protocolo de estudos da vacina Butanvac

Na última sexta-feira (23), o Instituto Butantan encaminhou à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) o protocolo de estudos da vacina Butanvac. Trata-se de imunizante inativado com base em ovo contra a Covid-19, que utiliza vetor viral com a proteína Spike do coronavírus de forma íntegra.

De acordo com a Anvisa, o protocolo detalha "questões como número de participantes previstos para o estudo, locais de condução dos estudos e resultados esperados" e compõe o pedido de autorização dos ensaios clínicos de fase 1 e 2 da vacina.

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Nota técnica comparativa sobre as medidas de distanciamento social na primeira e segunda ondas da pandemia no Brasil

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicou a nota técnica "[Medidas legais de distanciamento social: análise comparada da primeira e segunda ondas da pandemia da Covid-19 no Brasil](#)". O texto aborda as medidas legais de distanciamento físico implementadas pelos governos estaduais do Brasil, desde a primeira até a segunda onda da pandemia.

Consoante informações do Ipea, comparando os meses de abril de 2020 e março de 2021, verificou-se retração no valor do Índice de Medidas Legais de Distanciamento Social (IDS) nos estados: "o diagnóstico revela que o rigor das medidas de distanciamento sofreu retração ao se comparar os meses de abril de 2020 e março de 2021, em 22 das 27 unidades federativas, ainda que o número de óbitos tenha sido 11 vezes superior ao se comparar estes dois períodos. A pesquisa sugere que o processo contribuiu para o agravamento da Covid-19 no período observado".

Para combate à pandemia, o estudo recomendou a necessidade de critérios claros, objetivos, transparentes e abrangentes para o enrijecimento ou relaxamento das medidas de distanciamento.

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fiocruz lançou edição de abril do Boletim BiblioCovid com artigos sobre a População Indígena e a Covid-19

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) lançou, nesta segunda-feira (26), a edição de abril/2021 do [Boletim BiblioCovid](#). A publicação deste mês apresenta nove artigos científicos sobre a população indígena e a

Covid-19, extraídos da base de dados *PubMed* e *U.S. National Library of Medicine*.

Interessados poderão propor temas para os próximos boletins. Para tanto, basta acessar o formulário “[Rede de Bibliotecas Fiocruz – Levantamento de Demanda de Pesquisadores](#)”.

Brasil recebeu insumo para produção de mais 8,9 milhões de doses da vacina Oxford/AstraZeneca/Fiocruz

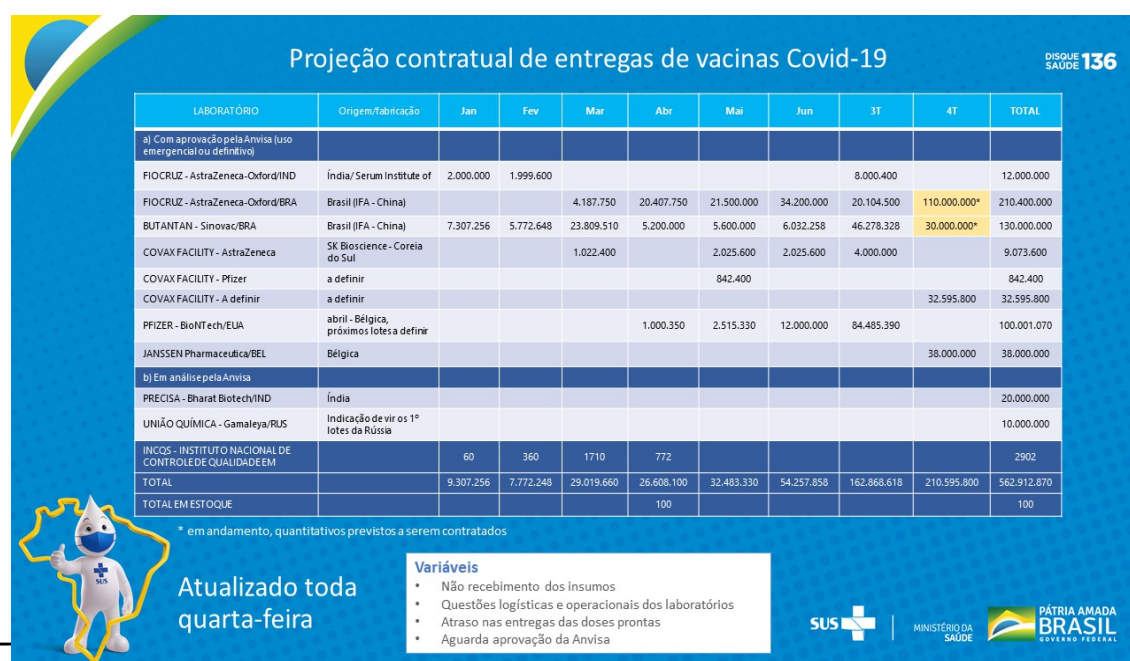
Chegou ao Brasil, no último sábado (24), mais um lote de Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) destinado à fabricação de 8,9 milhões de doses da vacina de Oxford/AstraZeneca/Fiocruz. Com essa remessa, a Fiocruz afirmou que estão garantidas as entregas do imunizante ao Programa Nacional de Imunizações (PNI) até o início de junho/2021.

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz

Campanha de vacinação contra a Covid-19: Ministério da Saúde divulgou calendário com a projeção contratual de entregas de doses das vacinas

O Ministério da Saúde divulgou, no sábado (24), calendário com a projeção contratual de entregas das vacinas contra a Covid-19 referente ao ano de 2021. Integram a lista as vacinas desenvolvidas pelos laboratórios da Astrazeneca/Oxford, Sinovac (CoronaVac), Pfizer, Janssen, Bharat Biotech (Covaxin) e Gamaleya (Sputnik V).

Até o momento, o órgão informou ter contratado o total de 562,9 milhões de doses. Quanto às entregas, o Ministério da Saúde destacou que possíveis variáveis — não recebimento dos insumos, questões logísticas e operacionais dos laboratórios, atraso nas entregas das doses prontas e aprovação da Anvisa — podem interferir na projeção divulgada.



Ministério da Saúde publicou, na sexta-feira, a autorização de 50 leitos de UTI destinados ao tratamento de pacientes acometidos pela Covid-19

Na última sexta-feira (23), o Ministério de Saúde publicou a [Portaria GM/MS nº 769, de 22 de abril de 2021](#), para autorizar, em caráter excepcional e temporário, 50 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) adulto e pediátrico destinados ao atendimento exclusivo de pacientes com quadros clínicos graves decorrentes da Covid-19. A medida contemplou os estados de Minas Gerais, Pernambuco, Santa Catarina e São Paulo. De acordo com a pasta da Saúde, neste ano foram autorizados mais de 19 mil leitos de UTI Covid-19, ao custo de R\$ 1,3 bilhão.

Situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil

Dados extraídos do sistema Localiza SUS, em 26 de abril de 2021, informam que o Brasil registra 14.340.787 casos de infecção pelo novo coronavírus e 390.797 óbitos decorrentes da doença.

Fonte: Ministério da Saúde

Decisão do STF determinou que Anvisa delibere sobre os pedidos de importação da vacina Sputnik V, pleiteados pelos Estados do Ceará, Amapá e Piauí, em até 30 dias

Em decisão nas Ações Cíveis Originárias (ACO) nº [3497](#), [3500](#) e [3505](#) o ministro Ricardo Lewandowski determinou que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) delibere, no prazo de 30 dias, sobre os pedidos de importação da vacina Sputnik pleiteados pelos Estados do Ceará, Amapá e Piauí.

De acordo com o julgado, caso a autarquia não se manifeste no período estabelecido, os entes estarão autorizados a importar e distribuir o imunizante à população local, sob sua exclusiva responsabilidade, observadas as cautelas e recomendações do fabricante e das autoridades médicas.

Fonte: Supremo Tribunal Federal

Prolação de acórdão sobre acompanhamento das medidas efetivadas em resposta à crise ocasionada pelo novo coronavírus

O Tribunal de Contas da União (TCU) encaminhou ao Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Aviso nº 580-GP/TCU – PGR-00135993/2021), para conhecimento, cópia do [Acórdão nº 855/2021](#), proferido no bojo do processo nº TC-016.769/2020-1, sob relatoria do Exmo. Sr. Ministro Bruno Dantas. O julgado trata da verificação das ações desenvolvidas pelo Ministério da Economia voltadas à implementação do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

Fonte: Tribunal de Contas da União

Diário Oficial da União

Visando dar publicidade às normas relativas ao enfrentamento do novo coronavírus, confira abaixo alguns atos publicados sobre o tema:

[Aviso \(UASG 250005\)](#) - o Departamento de Logística em Saúde da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde torna público o endosso à contratação de Seguro Privado Internacional, com a empresa *Newline Underwriting Management Limited* por meio do *Lloyds Broker The Underwriting Exchange Limited*, para cobrir a Responsabilidade Civil relativa a eventos adversos da Vacina Covid-19 (Comirnaty Tm), adquirida mediante celebração do Contrato Administrativo nº 52/2021, firmado com a empresa *Pfizer Export B.V.* Fundamento Legal: Artigo 2º, inciso II, da Lei nº 14.124/2021, c/c artigo 1º, § 1º, da Lei nº 14.125/2021. Valor do Endosso: R\$ 4.400.000,00. Processo 25000.042130/2021-83.

[Portaria GM/MS nº 766, de 22 de abril de 2021](#) – torna sem efeito a autorização de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) Adulto, para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19 e estabelece a devolução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo Coronavírus (Covid-19), disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Juiz de Fora.

[Portaria GM/MS nº 768, de 22 de abril de 2021](#) – torna sem efeito a autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19 e estabelece a devolução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo Coronavírus (Covid-19), disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Itatiba.

[Portaria GM/MS nº 769, de 22 de abril de 2021](#) – autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19.

[Resolução nº 1, de 23 de abril de 2021](#) – em virtude da pandemia, retifica-se a decisão de prorrogar, para 2021, a aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) aos cursos cuja avaliação estava prevista para 2020 pela Portaria MEC nº 14, de 3 de janeiro de 2020.

Fonte: Imprensa Nacional

O GIAC permanece à disposição pelo e-mail pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 99173-6539.

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Fontes de informação atinentes ao novo coronavírus

Ministério Público

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (GIAC) -

<http://www.conexao.mp.br/covid19/>

Conselho Nacional do Ministério Público – https://www.cnmp.mp.br/portal/noticias?o=l.start_date&t%5B%5D=&hash=164b143c45a9dec2205c9ab214b89d333b4e3f4e1c9133427d8ae40f9ab65a170276dba0-fe3e6a555d0e9435de7c21bffd36d96db4e2b26b5a4cf7669ab31a68&q=&w1=after&d1=&w2=before&d2=&tags%5B%5D=758&Search=

Conselho Nacional Procuradores-Gerais – <http://mpbrasileiro-coronavirus.com.br/>

Ministério Público do Trabalho – <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/dia-do-trabalha-dor-conheca-as-aco-es-adotadas-pelo-mpt-durante-a-pandemia-da-covid-19>

Poder Executivo

Agência Nacional de Aviação Civil – <https://www.anac.gov.br/coronavirus>

Agência Nacional de Energia Elétrica – <https://www.aneel.gov.br/noticias-covid-19>

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – <http://www.anp.gov.br/noticias/5678-comunicado-aco-es-da-anp-em-epoca-de-pandemia>

Agência Nacional de Saúde Suplementar – <http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/coronavirus-covid-19>

Agência Nacional de Telecomunicações – <https://www.anatel.gov.br/institucional/component/content/article/171-manchete/2541-aco-es-do-setor-de-telecomunicacoes-no-combate-ao-coronavirus>

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – <http://portal.antaq.gov.br/index.php/importante-coronavirus/>

Agência Nacional de Transportes Terrestres –

http://www.antt.gov.br/salaImprensa/noticias/arquivos/2020/03/Confira_as_acoes_da_ANTT_em_face_do_Covid19.html

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – <http://portal.anvisa.gov.br/coronavirus>

Banco Central do Brasil – https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/medidasdecombate_covid19

Casa Civil – <https://www.gov.br/casacivil/pt-br> e <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/conteudos-coronavirus/noticias-sobre-comunicacao-social>

Casa Civil (Atos Normativos) - <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1MK0syn9T2AbKfzQpchzqRqAEcy6zXAnK5IxO-qALAT4/edit?usp=sharing>

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – <http://www.cade.gov.br/coronavirus>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>

Controladoria-Geral da União – <https://www.gov.br/cgu/pt-br/coronavirus>
Fundo Nacional de Saúde - [https://portalfns.saude.gov.br/orientacoes-tecnicas/2489-publicada-portaria-que-regulamenta-aplicacao-dos-recursos-de-emendas-parlamentares-preferencialmente-para-o-enfrentamento-ao-coronavirus-covid-](https://portalfns.saude.gov.br/orientacoes-tecnicas/2489-publicada-portaria-que-regulamenta-aplicacao-dos-recursos-de-emendas-parlamentares-preferencialmente-para-o-enfrentamento-ao-coronavirus-covid-19)
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – <https://www.ipea.gov.br/coronavirus/>
Instituto Nacional de Propriedade Industrial – <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/patente/tecnologias-para-covid-19/ESTUDOS>
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – <https://www4.inmetro.gov.br/coronavirus>
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/mapacontra-covid-19>
Ministério da Cidadania – <http://desenvolvimentosocial.gov.br/covid-19> e <http://blog.mds.gov.br/redesuas/>
Ministério da Defesa – <https://operacaocovid19.defesa.gov.br/>
Ministério da Economia - <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>
Ministério da Educação - http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=86791
Ministério da Justiça - <https://www.novo.justica.gov.br/news/coronavirus-confirma-as-medidas-adotadas-pelo-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica>
Ministério de Minas e Energia – <http://www.mme.gov.br/web/guest/covid-19>
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/covid-19>
Ministério das Relações Exteriores – <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/alertas/covid-19-assistencia-a-brasileiros>
Ministério da Saúde – <https://coronavirus.saude.gov.br/>
Ministério da Saúde (Saúde Indígena) - <https://www.saude.gov.br/saude-indigena/>
Ministério do Turismo – <http://www.turismo.gov.br/coronavirus.html>
Planalto – <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-covid-19>

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça – <https://www.cnj.jus.br/coronavirus/>
Superior Tribunal de Justiça - <http://www.stj.jus.br/sites/portallp/Paginas/STJ-no-Combate-ao-Coronavirus.aspx>
Supremo Tribunal Federal – https://transparencia.stf.jus.br/extensions/app_processo_covid19/index.html

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados – <https://www.camara.leg.br/temas/coronavirus>
Senado Federal – <https://www.senado.leg.br/senado/hotsites/covid/>

Demais instituições

Associações dos Juizes Federais do Brasil – <https://www.ajufe.org.br/imprensa/noticias-covid-19>

Associação dos Magistrados Brasileiros – https://www.amb.com.br/coronavirus-confira-decisoes-do-judiciario-relacionadas-ao-enfrentamento-da-pandemia/?doing_wp_cron=1586478574.7145249843597412109375

Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – <https://www.anamatra.org.br/imprensa/coronavirus>

Associação Médica Brasileira – <https://amb.org.br/coronavirus/>

Confederação Nacional de Municípios – <https://www.cnm.org.br/criises/principal/coronavirus/todos/1>

Conselho Federal de Farmácia – <http://covid19.cff.org.br/>

Conselho Federal de Medicina – <http://portal.cfm.org.br/>

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/repositorio/>

Fundação Oswaldo Cruz – <https://portal.fiocruz.br/coronavirus>, <https://covid-19.procc.fiocruz.br/> e <https://unidos.fiocruz.br/>

Organização Mundial de Saúde - <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

Organização Pan-Americana de Saúde – <https://www.paho.org/bra/> e https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - <http://www.oecd.org/coronavirus/en/>

Rede Covida – <https://covid19br.org/>

Tribunal de Contas da União – <https://portal.tcu.gov.br/coopera/>